

Março a Junho de 2007

ConPAZ

Conselho Parlamentar
pela Cultura de Paz



ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

Ciclo
Temático

Multiplicadores de Cultura de Paz em Políticas Públicas

Políticas
públicas

Programação

Inscrições

Cultura de Paz, uma
Política Inadiável

Objetivo

Proporcionar o aprofundamento sobre valores, princípios e ferramentas para a construção de uma Cultura de Paz no sentido de embasar a proposição e formulação de políticas públicas a partir do Parlamento Paulista, subsidiando as decisões governamentais e garantindo as aspirações sociais.

Público

Parlamentares, funcionários e assessorias parlamentares da ALESP, conselheiros do ConPAZ e agentes sociais.

Metodologia

Por meio de exposições dialogadas, serão realizados seis encontros de duas horas, num total de 12 horas, com especialistas em temas fundamentais e voltados aos instrumentos de Cultura de Paz e Políticas Públicas.

Vagas e Inscrições

Vagas limitadas a 80 inscritos, sendo que os agentes sociais deverão ser indicados pelos parlamentares e organizações conselheiras do ConPAZ, de acordo com sua atuação em comunidades organizadas. e-mail para inscrições:

1ciclo.tematico.conpaz@uol.com.br

Certificados

Serão conferidos Certificados àqueles que obtiverem 75% de presença.

Horário e Local:

19h - Recepção dos Participantes

19h30 - Início dos Trabalhos

20h30 - Roda de Diálogo

21h - Encerramento

Auditório Teotônio Vilela

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

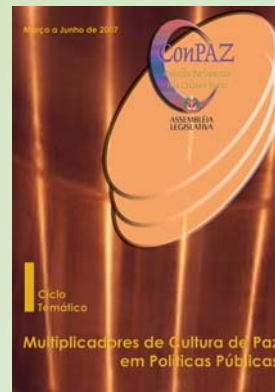
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - 1º andar
São Paulo - SP

Realização



Gestão

2006 - 2008



Programação

21/03 - Direitos Humanos e Políticas Públicas

José Gregori

Atua na área dos Direitos Humanos desde estudante na Faculdade de Direito da USP, na década de 50. A partir de 1964 passa a colaborar na restauração da democracia no país, tendo exercido a presidência da Comissão de Justiça e Paz. Em 1997 assumiu a chefia da recém-criada Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, cujo papel era coordenar a aplicação do Programa Nacional de Direitos Humanos. No início de 1999 tornou-se secretário de Estado para Direitos Humanos, com status de ministro de Estado. Foi o principal responsável pela elaboração da Lei 9.140/95, que reconhece como mortas as pessoas até então dadas como “desaparecidas” durante a ditadura no Brasil. Em dezembro de 1998 tornou-se o primeiro cidadão brasileiro a receber o Prêmio de Direitos Humanos da ONU realizado em comemoração aos 150 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi Ministro da Justiça de abril de 2000 a novembro de 2001. Desde janeiro de 2005 ocupa a presidência da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo.

10/04 - Ética, a Arte da Convivência

Lia Diskin

Formada em Jornalismo, com especialização em Crítica Literária, pelo Instituto Superior de Periodismo José Hernandez, de Buenos Aires. É co-fundadora da Associação Palas Athena – Centro de Estudos Filosóficos, Editora e Lar Assistencial-educacional e Escola de Educação de 1º Grau (com 147 crianças assistidas). Conselheira para assuntos latino-americanos do Comitê Internacional Pró-Tibet, Washington, E.U.A., e responsável pelas visitas do Dalai Lama ao Brasil e América do Sul. Consultora para a instalação de Conselhos Parlamentares de Cultura de Paz em várias cidades e municípios. Recebeu da UNESCO o Diploma de Reconhecimento por suas atividades na área da Cultura de Paz durante as comemorações dos 60 anos da UNESCO, em Brasília, junho de 2006.

26/04 - Diálogo – Pré-requisito para a Paz

Arnaldo Omais Bassoli Jr.

Psicólogo e psicoterapeuta, com especialização em Cinesiologia Psicológica e Gestalt-Terapia. Coordenou grupos de Diálogo na Associação Palas Athena. Integra o Comitê Brasileiro de Apoio ao Tibete. Produtor Cultural e tradutor de SS o Dalai Lama.

10/05 - Democracia, Poder e Processo Legislativo

Maurílio Maldonado

Advogado, procurador-chefe da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Foi diretor-presidente do ILP – Instituto do Legislativo Paulista. É professor de Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado no curso Gerentes de Cidades, na pós-graduação da Faap.

22/05 – Justiça Restaurativa e Políticas Públicas

Egberto de Almeida Penido

Juiz de Direito Assessor da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mestrando em Ciências da Religião pela PUC/SP, com Extensão Universitária em Conciliação e Mediação de Conflitos pela Escola Paulista da Magistratura. Coordenador do Centro de Estudos de Justiça Restaurativa na Escola Paulista da Magistratura. Participante da Rede Comunicação Não-Violenta no Brasil. Integra o comitê gestor do Projeto “Justiça e Educação: parceria para a cidadania” da Vara da Infância e Juventude de São Caetano do Sul, e a Rede de Comunicação Não-violenta no Brasil.

14/06 – Complexidade nas Políticas Públicas

Edgard de Assis Carvalho

Doutor em Antropologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (atual UNESP), tendo realizado o Pós-Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales. É Professor Titular de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor Livre Docente da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Coordenou o Programa de Doutorado em Antropologia (PUC-SP) entre 1989 e 1994. É Coordenador do Núcleo de Estudos da Complexidade da PUCSP, desde 1997, além de atuar com Professor visitante recorrente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desde 1996.

27/06 – Encerramento e entrega de Certificados

8 Eixos de Atuação da Cultura de Paz

A paz está também na criação de valores e atitudes levam à prática os princípios de cooperação, não-violência, respeito aos direitos humanos e diversidade cultural, democracia e tolerância. E eles devem estar presentes nas políticas públicas:

1. Cultura de Paz através da Educação
2. Economia Sustentável e Desenvolvimento Social
3. Compromisso com todos os Direitos Humanos
4. Equidade entre os Gêneros
5. Participação Democrática
6. Compreensão – Tolerância – Solidariedade
7. Comunicação Participativa e Livre Fluxo de Informações e Conhecimento
8. Paz e Segurança Internacional

"A Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia-a-dia familiar, regional ou nacional.

É um processo sem fim.

A paz não é um processo passivo: a humanidade deve esforçar-se por ela, promovê-la e administrá-la."

A UNESCO e a Cultura de Paz

O ConPAZ – Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz é um órgão da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, instituído por meio da Resolução nº 829, de 17 de dezembro de 2002. É composto por representantes de 36 organizações governamentais e não-governamentais, executivo e legislativo, movimentos sociais, empresariado e tradições religiosas e espirituais, e 12 parlamentares indicados pelas lideranças de todos os partidos representados na Assembléia. A sua missão é sensibilizar, articular e mobilizar todos os segmentos da sociedade para o engajamento no movimento internacional pela Cultura de Paz.

Resolução Nº 829 da ALESP

A Resolução 829 estabelece mecanismos que possibilitam implementar a Cultura de Paz no “fazer política” e nas Políticas Públicas.

- . Elaborar e inspirar políticas justas, inclusivas e que aprimorem o exercício da cidadania.
- . Propor ações preventivas e articuladas.
- . Aprimorar processos de negociação e mediação de conflitos para superar impasses que, em médio e longo prazos, possam acarretar situações irreversíveis.
- . Avançar no estabelecimento de diálogos sobre temas estratégicos que atingem a nossa sociedade.
- . Mobilizar para o trabalho conjunto, com os recursos que temos, com a habilidade, conhecimento, criatividade e vontade, no sentido de garantir a Paz em nossa sociedade.
- . Promover ações compartilhadas, integrando a sociedade civil, a iniciativa privada e governos – e seus partidos, no processo do pensar e planejar, de forma conjunta, o presente e o futuro que queremos, sob os parâmetros da Cultura de Paz.

Cultura de Paz

Uma política inadiável

A Cultura de Paz enquanto política - “arte e ciência de bem governar, de cuidar das questões de interesse público, da sociedade”, é um conceito inovador.

Resultado de um conjunto de práticas do Estado e da sociedade, a política torna-se pública e se estrutura no sentido de garantir o pleno atendimento dos direitos universais da humanidade e da sustentabilidade dos recursos naturais.

A Cultura de Paz se reafirma quando esses direitos são preservados. E são preservados porque se tornaram políticas públicas, implementadas com a participação de todos.

Para isso, buscamos instrumentos transformadores de estruturas, valores e comportamentos geradores de violência, estimulando a capacidade criadora de solução pacífica de conflitos, e de ambientes e relações cooperativas, solidárias e democráticas.

Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-violência

1. **Respeitar a Vida**
2. **Rejeitar a Violência**
3. **Ser Generoso**
4. **Ouvir para Compreender**
5. **Preservar o Planeta**
6. **Redescobrir a Solidariedade**



Organizações Conselheiras do ConPAZ

Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

GESTÃO 2006-2008

Abaçai Cultura e Arte

**Agência Internacional pela Paz
– IPAZ**

**Associação Brasileira da
Indústria de Brinquedos
Educativos – ABRINE**

**Assembleia Espiritual Local dos
Bahá'í de São Paulo**

**Associação Comunitária
Monte Azul**

**Associação dos Funcionários da
ALESP – AFALESP**

B'Nai B'rith

**Centro de Estudos das Relações
do Trabalho e da Desigualdade
– CEERT**

**Comitê Paulista para a Década
da Cultura de Paz – um
programa da UNESCO**

**Conselho das Comunidades de
Raízes Estrangeiras – CONSCRE**

**Conselho de Participação e
Desenvolvimento da
Comunidade Negra do Estado
de São Paulo**

**Conselho Estadual de Defesa
dos Direitos da Pessoa Humana
– CONDEPE**

**Conselho Regional de
Psicologia/SP**

**Departamento de Ciência
Política da Universidade de São
Paulo [USP]**

**Fórum em Defesa da Criança e
do Adolescente do Butantã –
FOCA-BT**

**Fórum Municipal de Economia
Solidária**

**Fundação Prefeito Faria Lima –
CEPAM**

**Instituto do Legislativo Paulista
– ILP**

Instituto Fernand Braudel

**Instituto Nacional de Tradição e
Cultura Afro-Brasileira –
INTECAB**

**Instituto Röerich da Paz e
Cultura do Brasil**

**Instituto São Paulo contra a
Violência**

Instituto Ser Humano

Instituto Sou da Paz

**Lama Gangchen World Peace
Foundation**

**Centro Brasileiro de Mídia para
Crianças e Adolescentes –
MIDIATIVA**

**Ministério Público Democrático
– MPD**

**Ordem dos Advogados do
Brasil – OAB – Seção São Paulo**

**Ordem Ramakrishna
Vedanta Ashrama**

**Ordem Sufi Halveti Jerrahi no
Brasil**

Organização Brahma Kumaris

Paróquia São Domingos

**Rede Global de Educação
para a Paz**

SENAC São Paulo

**SOMA Comunicação e
Planejamento**

**United Religions Initiative – URI
Círculo de Cooperação São
Paulo**